

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Greve dos petroleiros causa incertezas sobre produção	2
Título: A mágica da distribuição	4
Título: Petrobras pressiona CVM a decidir sobre política de preços	7
Título: Elétricas devem ter 4º tri positivo, dizem analistas	11
Título: Etanol de milho e importações garantem os tanques cheios.....	13
VEÍCULO: Folha de S.Paulo.....	15
Título: Propostas de Bolsonaro	15
Título: Indústria resiste a propostas de Bolsonaro para os combustíveis.....	16
VEÍCULO: O Globo	18
Título: Greve política prejudica o país e os petroleiros	18
Título: Metade das terras indígenas da Amazônia é alvo de mineração	19
Título: Energia do sol: Investimentos em novas usinas chegam a R\$ 9,5 bi	22
VEÍCULO: Correio Braziliense	24
Título: Economia.....	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 17/02/2020**Seção:** Brasil**Autor:** André Ramalho**Título:** Greve dos petroleiros causa incertezas sobre produção

A paralisação entrou em sua terceira semana seguida com efetivos reduzidos em 56 plataformas e 12 refinarias

A greve dos petroleiros entrou em sua terceira semana seguida com efetivos reduzidos em 56 plataformas e 12 refinarias, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP). A Petrobras nega impactos na produção, mas há dúvidas sobre o quanto a estatal conseguirá suportar as operações com o seu quadro desfalcado. A expectativa é que a empresa tenha cada vez mais dificuldades - e custos - para manter as soluções paliativas de contingência nos seus ativos, caso a paralisação se alongue.

A FUP estima que a greve conta com mais de 20 mil adesões - o equivalente a quase um terço do efetivo próprio da estatal, incluindo subsidiárias e controladas. O número, porém, não reflete necessariamente a quantidade de funcionários parados. Na conta, estão inclusos, por exemplo, os trabalhadores que rendem os companheiros nas plataformas, segundo relatos dos próprios sindicalistas.

A principal estratégia dos petroleiros tem sido fazer cortes de rendição: os funcionários que desembarcam das plataformas após 14 dias, por exemplo, não são rendidos pelo turno da vez. Nessas unidades esvaziadas, quem assume a operação é uma equipe de contingência montada pela estatal, junto com eventuais trabalhadores que não tenham aderido à paralisação. Segundo o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, 28 plataformas da Bacia de Campos estão nessa situação, com a produção entregue a esses grupos de contingência.

Nas refinarias, as unidades operam com turmas reduzidas e turnos mais alongados. O secretário de assuntos jurídicos e institucionais da FUP, Deyvid Bacelar, conta que, normalmente, essas unidades operam com cinco turmas que vão se alternando de forma que, a todo momento, três delas estejam trabalhando (em regimes de oito horas) e duas folgando. Com a greve, segundo o sindicalista, as refinarias têm operado com, no máximo, duas turmas e jornadas que, em alguns casos, chegam a 12 horas.

Segundo a FUP, trabalhadores de 12 refinarias aderiram ao movimento, nos seguintes Estados: Amazona, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

A Petrobras informa que mantém a operação de todas as suas unidades. Segundo duas fontes da área de distribuição de combustíveis, as empresas não têm relatado dificuldades para comprar derivados da Petrobras. Uma das fontes, sob a condição de anonimato, relativiza os riscos de desabastecimento, em função de uma greve no país, porque os estoques das refinarias são muito altos e suportam um mês de greve “sem grandes sustos”. Além disso, a presença forte de importadores (seja a Petrobras ou agentes privados) reduz as chances de desabastecimento. A não ser que haja paralisações também nos portos e terminais.

O coordenador-geral do Sindipetro-NF, Tezeu Bezerra, explica que, para dar conta de manter suas operações, durante a greve, a Petrobras tem recorrido, basicamente, a aposentados (que, segundo o sindicalista, chegam a receber ofertas de R\$ 3 mil/dia), empresas terceirizadas contratadas emergencialmente e funcionários próprios da estatal que operam em outras unidades e são remanejados.

Há dúvidas, contudo, sobre o quanto a estatal conseguirá suportar essa estratégia. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, enviou ofício ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) alertando para o fato de que a Petrobras, visando a uma solução temporária, alocou equipes de contingência para atuar nas unidades operacionais, mas que a situação “foge da normalidade, ao que, infelizmente, tal solução não se sustentará ao longo do tempo”.

“As equipes vão ficando cansadas de trabalhar longas jornadas. Acredito que, na próxima semana, possa haver impactos na produção. A situação já ultrapassou a razoabilidade”, afirma Bezerra.

Existem também custos para a manutenção dessas equipes de contingência e a estafa dos não grevistas, quando eles alongam seus turnos por muitos dias seguidos. A Petrobras não informa o quanto tem gasto com as contratações, nem o efetivo contratado. A empresa esclareceu, em nota, que segue com os processos de contratações emergenciais de pessoas e empresas prestadoras de serviços para o período de greve, conforme autorização da Justiça. A companhia afirma que já recebeu centenas de currículos, que estão sendo analisados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 17/02/2020**Seção:** Opinião**Autor:** David Zylbersztajn e Fernanda Delgado**Título:** A mágica da distribuição

Usinas não têm estrutura logística para chegar aos mais de 40 mil postos espalhados pelo país

De tempos em tempos, fórmulas mágicas aparecem para resolver questões complexas. Surgem normalmente como resultado de um momento de crise, são alimentadas em um círculo pequeno, ganham repercussão por prometer uma solução rápida e, de repente, tornam-se verdade absoluta. Ou quase.

É mais ou menos este o roteiro que envolve a discussão pela venda direta de etanol da usina produtora ao posto. Uma aventura protagonizada pelos usineiros do Nordeste brasileiro, que, desde o fim da greve dos caminhoneiros em 2018, tratam a regulamentação da ANP nº 43/2009 como um dos grandes vilões do preço dos combustíveis, por prever a necessidade logística de uma distribuidora executar o processo necessário para a entrega do etanol.

RenovaBio, programa para descarbonizar a matriz energética, teria um forte abalo com a mudança da distribuição

Por esse ponto de vista, a retirada das distribuidoras do processo que leva o biocombustível até o posto seria suficiente para provocar uma queda automática de preço do etanol. Para isso, se abandonaria uma estrutura de abastecimento segura e consistente de distribuição, construída ao longo de anos de investimentos que garantem a entrega em todo território brasileiro. Um percurso que passou a ser chamado de “passeio do álcool” por quem mira as distribuidoras como os vilões dessa história.

A questão é que não existe o tal “passeio”. O que existe é um modelo que divide as tarefas entre produção, distribuição e revenda e que permite um abastecimento seguro, oferecendo ao consumidor final um produto entregue a custos competitivos. O modelo vigente consolidou uma estrutura que permite negociações de grandes volumes, otimização de fretes, arrecadação de impostos que inibem a sonegação, a inadimplência

e a adulteração dos produtos e, principalmente, a presença do etanol hidratado em qualquer lugar do Brasil, graças a terminais de armazenamento em todas as regiões.

Tal capilaridade de operações logísticas é fundamental para unir os eixos de produção de combustíveis. Vale lembrar que grande parte das refinarias brasileiras está localizada próxima a terminais portuários, que recebem combustíveis fósseis importados. Já as usinas sucroalcooleiras dividem-se em dois blocos principais: 7% delas estão no Nordeste (majoritariamente Alagoas, Pernambuco e Paraíba), enquanto os outros 93% se espalham pelo chamado Centro-Sul (Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás).

Esta distribuição só reforça o fato de que estas usinas não têm estrutura logística para chegar aos mais de 40 mil postos espalhados pelo Brasil, algo que só se viabiliza pelos investimentos das distribuidoras. E, para abandonar este modelo, os produtores teriam que substituir a eficácia operacional e de baixo custo dos sistemas de dutos, ferrovias e bitrens que viabilizam a entrega. O custo de toda adaptação, incluindo impactos no frete e questões operacionais e administrativas poderia chegar a algo em torno de R\$ 870 milhões, segundo estudo de 2018 da consultora Leggio.

Além disso, há uma outra particularidade que envolve o etanol no Brasil: o biocombustível derivado da cana-de-açúcar, dá ao país um capital extremamente positivo de incentivo a uma matriz energética renovável, gera empregos, e ainda sequestra carbono da atmosfera. Para além disso, é a adição de 27,5% de etanol anidro que faz da gasolina brasileira menos agressiva ao meio-ambiente. E essa mistura só pode ser realizada nos tanques de armazenamento das distribuidoras.

Adicionalmente, as alterações na distribuição do etanol hidratado combustível podem atingir outros mercados com potenciais efeitos de alterações no equilíbrio entre as espécies de etanol e entre o etanol hidratado combustível e a gasolina.

Ao analisar a cadeia de distribuição do etanol em Brasília, por exemplo, se concluiria que, sem a presença do distribuidor, seria necessária uma operação de deslocamento 513 km mais longa para efetuar a adição do biocombustível, já que o etanol anidro teria de ser levado de uma usina no Centro-Oeste até o porto de Santos (563 km de distância) para a realização da mistura, além de percorrer outros 519 km para chegar à capital federal.

No modelo atual, o etanol anidro sai da usina de Goiás, por exemplo) e percorre 50 km para chegar ao terminal, que também recebe a gasolina trazida do mesmo porto de Santos para a produção da mistura.

Exemplos como este mostram que a discussão da venda direta oculta uma questão absolutamente relevante de carência de investimentos em eficiência logística e infraestrutura no país, assim como de investimentos em modais mais eficientes e que tirem o peso das rodovias deste processo. Atualmente, o Brasil mantém uma cadeia de 8 mil km de dutos e 31 mil km de ferrovias destinadas ao transporte de combustíveis. Para efeito de comparação: os EUA, com território não muito maior que o brasileiro, aproveita uma malha de 335 mil km de dutos e 294 mil km de trilhos (apenas para combustíveis).

Neste momento a discussão que está posta parece mascarar uma mais importante: a necessidade de se de buscar mais desenvolvimento em infraestrutura, mais capacidade de economia de escala e um maior impulso às energias renováveis, como o RenovaBio, programa governamental para descarbonizar a matriz energética brasileira e que sofreria forte abalo com a eventual mudança de estrutura desta cadeia.

Desmontar toda uma indústria em nome de interesses da menor parte da cadeia produtiva do etanol pode fazer o Brasil voltar a um tempo recente, em que uma centena de usinas encerraram suas operações por uma decisão governamental - o congelamento do preço da gasolina, entre 2011 e 2014. Um período de incerteza e intervenção governamental, que afastou os investidores, e ao qual o país não pode se dar ao luxo de resgatar.

E por fim, mas não menos relevante, segundo estudo da FGV Energia (2019), a ANP menciona que não há impedimentos regulatórios para a liberação da venda direta de etanol, contudo alega ser necessário equacionar a questão tributária relacionada à cobrança de PIS/Cofins e ICMS. As incidências tributárias de ICMS e de PIS/Cofins não foram elaboradas com a venda direta em mente. Para evitar perdas de arrecadação e os indesejados efeitos da sonegação e da concorrência desleal, seriam necessárias alterações nas legislações federal e estaduais. Na legislação federal, trata-se de transferir o devido pelas distribuidoras às usinas, tendo-se em mente os efeitos na competitividade entre o etanol hidratado, anidro e seus efeitos no preço da gasolina. E na legislação estadual, os efeitos da venda direta podem aumentar a parcela a ser

recolhida por um único elo da cadeia de comercialização, o que pode funcionar como incentivo ao contrabando e ao descaminho.

David Zylbersztajn é professor da PUC-RJ e foi o primeiro diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo

Fernanda Delgado é professora da FGV Energia

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol e Francisco Góes

Título: Petrobras pressiona CVM a decidir sobre política de preços

Petrobras, sob gestão de Roberto Castello Branco, está incomodada com a forma como a autarquia conduz processo sobre conduta de ex-conselheiros da estatal

Um processo relacionado à conduta de ex-membros do conselho de administração da Petrobras, na época do primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff, aguarda há mais de um ano a retomada do julgamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O tratamento dado ao caso na autarquia incomoda a companhia, que considera a demora ruim para o mercado de capitais brasileiro: “O caso está lá [na CVM] parado há mais de ano, quando o papel do regulador é apurar e, se for o caso, punir”, diz fonte próxima da estatal.

A atual gestão da petroleira, sob o comando de Roberto Castello Branco, tem interesse que o episódio em análise pela CVM seja elucidado o mais breve possível para que, caso eventual dano à companhia seja comprovado, haja a devida responsabilização legal. Apesar da demora no julgamento, o Valor apurou que novos fatos poderão surgir, mudando os rumos do caso.

O processo teve origem em reclamações feitas por investidores que questionaram a legalidade da política de preços da Petrobras entre 2011 e 2014 e, particularmente, a regularidade da conduta dos administradores e do acionista controlador da companhia em relação à manutenção dos preços dos derivados de petróleo no mercado doméstico, abaixo dos preços praticados no mercado internacional.

A área financeira da estatal estimou, em 2015, que a empresa teria perdido US\$ 40 bilhões como resultado da política de preços dos derivados. Entre 2011 e 2014, a Petrobras era importadora “líquida” de gasolina e diesel. Foi um período em que a empresa teve prejuízos no segmento de abastecimento por vender, na maior parte do tempo, derivados a preços inferiores ao que pagava ao importar.

Diretor da CVM, Henrique Machado, pediu vistas do processo, mas divergiu do relator do processo

A lógica da Petrobras era buscar paridade de longo prazo, não repassando volatilidades de curto prazo ao consumidor final. Investidores e conselheiros independentes questionaram a legalidade dessa política. A área técnica da CVM concluiu que a política de reajustes não poderia ser considerada como ilegal. No entanto, os técnicos da autarquia encontraram outras infrações. Para os técnicos, os administradores acusados teriam suscitado nos investidores expectativas que não pretendiam atender uma vez que não estariam dispostos a reajustar os preços dos combustíveis de maneira a viabilizar o cumprimento de metas financeiras aprovadas nos planos de negócios da empresa para os períodos 2013-2017 e 2014-2018. Haveria, portanto, “divergências entre os declarados objetivos da política de preços e sua implementação na prática”. Ou ainda “descasamento entre objetivos publicamente declarados e a condução da companhia de modo a inviabilizar a consecução deles”.

O processo começou a ser analisado em dezembro de 2018, mas não foi concluído porque um dos diretores da CVM, Henrique Machado, pediu vistas do processo. Face à demora no julgamento, a direção da Petrobras tem se movimentando, desde o ano passado, para tentar fazer andar o processo, mas sem sucesso. O processo analisa se houve falha no dever de lealdade dos conselheiros por terem induzido investidores a erro ao retardar decisão sobre mudanças na política de preços da companhia.

Entre os acusados estão o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega; a ex-ministra do Planejamento e ex-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) Miriam Belchior; e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Luciano Coutinho. Também respondem ao processo os ex-conselheiros Francisco Roberto de Albuquerque, Marcio Pereira Zimmermann, Sérgio Franklin Quintella, Jorge Gerdau Johannpeter e José Maria Ferreira Rangel.

Para a acusação, eles haviam induzido os investidores em erro ao aprovar os planos de negócios da companhia para 2013-2017 e 2014-2018 e a política de preços divulgada em 29 de novembro 2013. Essa política buscava assegurar que os indicadores de endividamento e alavancagem da petroleira retornassem aos limites estabelecidos no plano 2013-2017 em até 24 meses, considerando o crescimento da produção de petróleo e a aplicação da política de preços de combustíveis.

O julgamento começou em 13 de dezembro de 2018. O relator do caso foi Pablo Renteria, que votou pela absolvição dos acusados. Para ele, não é correta a leitura da acusação de que a política de preços teria criado junto ao investidor a expectativa de que algo mudaria na condução dos reajustes de preços de combustíveis. “Há diversas evidências a se demonstrar que os investidores receberam a divulgação de forma negativa, compreendendo que ela significava tão somente a continuidade do status quo”, afirmou em seu voto.

O diretor Henrique Machado pediu vistas do processo para fazer análise mais adequada do assunto, considerando o significativo número de julgamentos do colegiado e o volume de documentos que compõem o caso. Antecipou, porém, que divergiria do relator. “É necessário diferenciar o objetivo de não repassar a volatilidade dos preços internacionais ao consumidor doméstico da manutenção de uma relação de preços propositalmente deficitária por prazo superior a três anos, ao arrepio inclusive dos estudos técnicos da própria Petrobras para o período subsequente”, disse na manifestação.

Machado apontou que o relator se fundamentou em trechos de relatórios de análise que mais denotam o descrédito da administração da companhia do que a inadequação formal da, então, nova política de preços. “Tais relatórios registram que a discricionariedade contida nos termos da política de preços vinha sendo exercida prolongadamente para alcançar objetivos macroeconômicos, destacadamente o controle inflacionário, soando contraditório que os mesmos possam ser utilizados em benefício dos acusados.”

O **Valor** apurou que Castello Branco, presidente da Petrobras, esteve com o presidente da CVM, Marcelo Barbosa, no ano passado, e o assunto foi tratado na reunião. No regulador, ainda não há previsão de julgamento. Procurada, a autarquia respondeu que as sessões marcadas estão disponíveis em seu site. Porém, desde que o julgamento foi suspenso,

novos desdobramentos influenciaram o ritmo do caso. O primeiro deles foi o pedido da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) para participar do processo como “amicus curiae” (parte interessada). O objetivo era subsidiar a autarquia com “informações sobre o segmento de combustíveis”, que a seu ver, afetam o processo e podem influenciar a decisão do colegiado da CVM na busca pela verdade dos fatos.

A diretora Flávia Perlingeiro, que assumiu no lugar de Renteria, negou o pedido devido ao estágio em que o processo se encontrava, em fase de julgamento. A associação recorreu ao colegiado, que negou o pedido por unanimidade. Entre o pedido da Abicom, feito em fevereiro de 2018, e análise final pelo colegiado, se passaram cinco meses. Além disso, o próprio Ministério Público solicitou que fossem anexados aos autos informações sobre a ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra ex-executivos da Petrobras, que contém por exemplo, o conteúdo de depoimento da ex-presidente da estatal Maria das Graças Foster. Entre as declarações, Graça afirmava que Mantega, que presidia o conselho, era quem determinava os preços a serem impostos pela petroleira. Procurada, a defesa de Mantega disse que não se pronunciaria, enquanto Graça Foster não retornou os contatos.

Há ainda expectativa de julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a política de preços da Petrobras até o governo Temer. Henrique Machado solicitou à Flávia, a nova relatora, que todos esses documentos fossem anexados ao processo. Eventual incorporação dessas novas informações, que não foram analisadas no voto do relator, tem potencial para mudar os rumos do processo. A tendência é que, depois da avaliação da relatora, os diretores deliberem o assunto no colegiado. A regulação da CVM prevê que em caso de produção de novas provas outro julgamento pode ser realizado.

O processo no TCU busca apurar o resultado financeiro da política de preços praticada pela Petrobras desde julho de 2002. O TCU informou que o processo está em análise na unidade técnica que emitirá instrução. “Em regra, após essa etapa, o processo irá para o ministro-relator para posterior inclusão em pauta de sessão plenária e decisão colegiada. Não há prazo determinado para que isso ocorra.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 17/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Letícia Fucuchima**Título:** Elétricas devem ter 4º tri positivo, dizem analistas

Para o mercado, o destaque serão as companhias que atuam no segmento de distribuição, mais beneficiado pelo reaquecimento da economia

Bancos que acompanham o setor elétrico apostam que a temporada de balanços do quarto trimestre deve marcar o início de um ciclo benigno para as empresas de energia. Na visão dos analistas das instituições, o destaque positivo serão as companhias que atuam no segmento de distribuição, mais diretamente beneficiado pelo reaquecimento da economia. Para as geradoras, os analistas apontam que o maior risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) e a alta dos preços 'spot' no período tendem a afetar as empresas de formas diferentes, já que cada uma tem sua própria estratégia de alocação dos contratos de energia.

Em comum, as análises do Itaú BBA, JPMorgan e Safra indicam bons desempenhos esperados para Energisa, Equatorial e Neoenergia, companhias cujos ativos de distribuição se concentram no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões onde o consumo de energia mostrou crescimento mais acentuado do que na média nacional no quarto trimestre.

Após evoluções fracas no segundo e terceiro trimestres, o consumo nacional de eletricidade aumentou 2,5% no quarto trimestre ante igual período de 2018, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A maior taxa de crescimento foi observada no Norte (8,4%, na base anual), seguido pelo Nordeste (4,0%) e Centro-Oeste (4,3%).

Apesar da expectativa positiva, o Credit Suisse pondera que os números da Energisa e Equatorial podem sofrer com a base de comparação mais elevada do quarto trimestre de 2018, quando essas empresas tiveram maiores margens com construção em projetos de transmissão devido à alteração de critérios contábeis.

Na outra ponta do setor, as instituições financeiras apontam a Light como um potencial destaque negativo do trimestre. "Embora a nova administração tenha lançado, em agosto, ações para uma virada dos negócios, não esperamos grande melhora nos resultados operacionais da

Light no quarto trimestre. Também não antecipamos melhora em perdas de energia, e os volumes de distribuição provavelmente se manterão fracos no período”, avalia o Itaú BBA, em relatório.

O lucro líquido da Light entre outubro e dezembro deve ter atingido R\$ 99,6 milhões, pela média das estimativas do BTG Pactual, Itaú BBA, JP Morgan, Morgan Stanley e Safra, que variam de R\$ 83 milhões a R\$ 116 milhões. Se confirmada, a cifra representaria alta de 8,3% ante os R\$ 92 milhões anunciados no último trimestre de 2018.

Já no caso das geradoras, o quarto trimestre foi marcado por maior déficit hidrológico, que ficou próximo dos 30%, em média, contra 20% registrados um ano antes. Quando isso acontece, as empresas ficam potencialmente expostas ao mercado ‘spot’ de energia, no qual os preços também subiram no período, atingindo a casa dos R\$ 273 por megawatt-hora (MWh).

O impacto efetivo dessa situação depende da estratégia de proteção ao risco hidrológico adotada por cada companhia. Nesse sentido, analistas apontam a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) como uma das empresas que aprimorou sua estratégia de alocação em relação ao quarto trimestre de 2018.

Ainda sobre esta temporada de resultados, os analistas do JPMorgan observam que os balanços desse período costumam trazer ajustes contábeis, reconhecimento de ‘impairments’ e reavaliação de provisionamentos, o que pode poluir os números divulgados pelas empresas.

Em relação aos papéis do setor elétrico, a equipe do Safra diz ter uma visão mais conservadora para 2020, depois de o desempenho do Índice de Energia Elétrica (IEE) ter novamente superado o Ibovespa no ano passado. Na visão dos analistas do banco, o ciclo de queda da taxa básica de juros já produziu impactos sobre o setor e não há muito mais espaço para esse tipo de estímulos no futuro. “A recuperação nos volumes das distribuidoras e oportunidades de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) deverão ser os principais catalisadores”, avaliam os profissionais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 17/02/2020**Seção:** Agronegócios**Autor:** Camila Souza Ramos**Título:** Etanol de milho e importações garantem os tanques cheios

Também há estoque do biocombustível produzido com cana

Após sucessivos recordes nas vendas domésticas de etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos), houve dúvidas no mercado sobre se a produção da safra 2019/20, mesmo recorde, seria suficiente para garantir o abastecimento nesta entressafra. Desde janeiro, porém, “novas” ofertas, para além dos volumes já produzidos nas usinas de cana, afastam esse risco.

As plantas que processam etanol de milho fabricaram, a partir do cereal, 177,8 milhões de litros do biocombustível em janeiro. Além disso, foram importados 177,7 milhões de litros de etanol (também de milho, vindo dos EUA) no mês, ante 153 milhões em janeiro do ano passado, segundo dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Somados, esses volumes equivalem a mais que todo o consumo de etanol hidratado de Minas Gerais de dezembro, de 304 milhões de litros, conforme a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O mercado mineiro é o segundo maior do país, atrás de São Paulo, onde as vendas do biocombustível têm superado 1 bilhão de litros mensais.

É certo que essa oferta “extra” de janeiro ainda é relativamente pequena frente ao volume nos estoques no início do mês. Em 31 de dezembro, o estoque físico nas usinas do país era de 8,4 bilhões de litros, dos quais 5,2 bilhões eram de hidratado, de acordo com levantamento realizado pelo Ministério da Agricultura.

Caso o ritmo de vendas de hidratado nesta entressafra repetisse a média dos meses anteriores, de cerca de 1,9 bilhão de litros, alguns analistas avaliam que de fato poderia haver um forte aperto na oferta. Mas as vendas do Centro-Sul em janeiro colocaram uma interrogação na equação. A venda de hidratado no mês recuou 4,3% ante janeiro de 2019, para 1,752 bilhão de litros, enquanto a do anidro cedeu 6,3%, a 735,5 milhões.

Em nota, a Unica demonstrou cautela com o significado dessas variações. A entidade considerou que “é preciso avaliar o movimento de estoque no elo de distribuição ou mesmo de outros comercializadores ao longo da cadeia do etanol” e que o movimento real do consumo só será verificado nos dados da ANP sobre as vendas de janeiro, que serão divulgados no próximo dia 28.

Martinho Ono, sócio da SCA Trading, disse que já está prevista alguma redução da demanda por etanol neste momento, sobretudo quando o preço da gasolina nas bombas começar a refletir as reduções promovidas pela Petrobras nas refinarias.

Desde janeiro, o preço médio da gasolina A (sem anidro), foi reduzido em 11%, mas os motoristas ainda não viram essa queda. Em São Paulo, o preço médio só caiu 0,66% em quatro semanas. Como o hidratado também recuou, o etanol seguiu competitivo.

No fim de janeiro, os estoques de hidratado no país eram de 3,6 bilhões de litros, e os de etanol anidro, de 2,6 bilhões de litros.

Até sexta-feira, a perspectiva aventada pela ANP de que poderia haver desabastecimento de gasolina por causa da greve dos petroleiros não preocupava as usinas. Para um trader, em caso de necessidade, haveria importação do combustível fóssil ou, no limite, conversão de etanol anidro em hidratado.

Ono avaliou que, se o ritmo de vendas de etanol de janeiro se repetir em fevereiro e março, o mercado não terá problema de oferta. Além disso, caso se repita o ritmo de produção de etanol de milho de janeiro, haverá 500 milhões de litros de etanol adicionais neste trimestre, além do etanol de cana.

E ainda há mais etanol chegando dos EUA. De acordo com dados de lineup compilados pela SCA Trading, até meados da semana passada estavam previstos para chegar ao país quase 100 milhões de litros em fevereiro.

Para Tarcilo Rodrigues, diretor da Bioagência, a importação de etanol deve ficar entre 100 milhões e 150 milhões de litros ao mês até março, diante do atual custo para importar etanol e da demanda interna. Em fevereiro e março de 2019, sem a nova cota de importação, o país importou 130 milhões e 110 milhões de litros, respectivamente.

Fora isso, há usinas que declararam à Unica intenção de antecipar a retomada da moagem cana para março, o que poderia acrescentar, com o processamento de 10 milhões de toneladas, mais 800 milhões de litros de etanol, calcula Ono. Isso se as chuvas derem alguma trégua.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 17/02/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Propostas de Bolsonaro

GASOLINA E DIESEL

Cobrança de impostos apenas nas refinarias, em reais por litro, em vez de percentuais sobre preço final, como é hoje. Mudança tem apoio do setor, mas enfrenta resistências de estados, e deve ficar para a reforma tributária. Efeitos esperados: Repasse mais rápido ao consumidor em períodos de preço baixo. Bolsonaro queria reduzir ICMS, mas estados são contra.

ETANOL

Venda direta das usinas para os postos. Medida enfrenta resistência de usinas do Sudeste e grandes distribuidoras, mas tem apoio no Nordeste e já foi aprovada em comissão na Câmara. Efeitos esperados: Bolsonaro fala em queda de até R\$ 0,20 por litro, mas medida só beneficia postos próximos a usinas.

GÁS DE COZINHA

Presidente falou em ampliar o total de engarrafadoras, para evitar viagens dos botijões. ANP estudou enchimento parcial de botijões e liberação para encher vasilhames de outras marcas. Efeitos esperados: Medida reduziria preço ao eliminar necessidade de viagem de botijões vazios para centros de destroca, mas setor defende que isso aumenta riscos.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data:** 17/02/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Talita Fernandes e Nicola Pamplona**Título:** Indústria resiste a propostas de Bolsonaro para os combustíveis

Presidente passou a falar de preços após ser alertado por equipe de redes sociais sobre queixas em relação à gasolina

Alertado por assessores para o fato de que o preço do gás e dos combustíveis afeta sua popularidade, o presidente Jair Bolsonaro passou a incluir o tema em suas falas públicas, entrevistas e postagens nas redes sociais. A avalanche de propostas, porém, causou desconforto no setor, que resiste a algumas delas.

O presidente colocou o tema em seu radar após receber monitoramento informal de sua equipe nas redes sociais, que detectou aumento no número de publicações questionando as altas de preços, em especial da gasolina, que tem se mantido acima dos R\$ 4 por litro na maior parte do país.

O tema passou a ser abordado por políticos da oposição e apoiadores, que circulam memes comparando os preços nos governos Dilma e Bolsonaro. Na última semana, a deputada Jandira Feghali (PC-doB-RJ) publicou em uma rede social uma espécie de pesquisa “informal”: “Quanto está a gasolina na sua cidade?”.

Diante de reações como essa, o presidente foi aconselhado a intensificar o discurso de que não tem autonomia para influenciar preços. Tem falado sobre isso com apoiadores que o esperam diariamente na porta do Palácio da Alvorada e, na sequência, reforça a mensagem aos jornalistas.

Há duas semanas, disse em entrevista que estava “fazendo papel de otário” ao baixar o preço da gasolina nas refinarias, já que o repasse não chegava aos consumidores, mesmo após quatro cortes de preços promovidos pela Petrobras.

Desde o início do governo, o preço da gasolina nas bombas subiu 5,77%; o diesel teve alta de 9,79%; o etanol avançou 14,84%, e o botijão de gás ficou estável. Considerando a inflação, as variações são de 1,10%, 4,89%, 9,80% e queda de 3,59%, respectivamente.

Os aumentos foram influenciados principalmente por crises internacionais, com a guerra comercial China-EUA, no início de 2019, o ataque a refinaria na Arábia Saudita, em setembro, e o assassinato do general iraniano Qassim Suleimani, no início do ano.

Depois, a cotação do petróleo despencou com temores sobre impactos econômicos do surto de coronavírus.

“Se não chega ao consumidor [a queda dos preços], a gente está dando varada na água. Eu estou mostrando que a responsabilidade do preço do combustível é minha e dos governadores também”, reclamou o presidente.

“Eu zero o federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito. Tá ok?”, disse ele, detonando uma campanha de cobranças aos governadores em redes sociais.

Em reunião na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou acalmar os ânimos ao propor que o debate seja levado ao Congresso na discussão da reforma tributária e do pacto federativo.

Mas a estratégia tem gerado desconforto também entre as empresas do setor, que vêm discutindo medidas com a área técnica do governo desde o início do mandato. A percepção é que as declarações de Bolsonaro atrapalham o debate e colocam também distribuidoras e postos de combustíveis na lista dos vilões.

O presidente tem declarado apoio a medidas regulatórias que não são unanimidade, como a venda direta de etanol das usinas para os postos — projeto patrocinado por produtores do Nordeste, mas com oposição no centro-sul.

Em janeiro, levados pelo presidente da Embratur, Gilson Monteiro, representantes dos produtores nordestinos estiveram com Bolsonaro e saíram com a percepção de que a decisão por liberar a venda direta já foi tomada. Na quinta (13), o empresário Rubens Ometto, um dos maiores do setor e opositor da ideia, também esteve com Bolsonaro.

A proposta esbarra em questões tributárias, já que a venda direta eliminaria a parcela dos impostos cobrados na distribuição. Os efeitos, porém, são visto como limitados, já que beneficiaria apenas postos próximos a usinas.

Na semana passada, o presidente disse que o mercado de gás de botijão também entrará no foco. Afirmou ter determinado estudos para permitir o aumento no número de engarrafadores de botijões no país, para evitar as viagens dos vasilhames até as engarrafadoras.

Bolsonaro não deixou claro se apoia a proposta de permitir o enchimento parcial ou o uso de botijões de outras marcas, medidas que têm oposição de grandes empresas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Greve política prejudica o país e os petroleiros

Acenar com a possibilidade de desabastecimento de derivados de petróleo afeta legitimidade

Filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do Partido dos Trabalhadores, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) decretou greve “por tempo indeterminado” nas instalações da Petrobras. O movimento ocorre há duas semanas, por enquanto, sem adesão da maioria. A greve foi deflagrada em reação ao programa de concentração de investimentos da Petrobras na prospecção e produção de petróleo, com venda de refinarias. O plano prevê também o fechamento de unidades deficitárias, como é o caso da fábrica de ureia do Paraná, com cerca de mil empregados e perdas de R\$ 1 milhão a cada 24 horas. A Justiça determinou que pelo menos 90% dos empregados da empresa estatal trabalhem normalmente, para evitar problemas no abastecimento de derivados de petróleo, condição qualificada como “severa” pela federação de petroleiros.

O impasse persiste, não propriamente devido a um conflito trabalhista convencional, o que seria natural, mas porque os sindicalistas proclamam o desejo de assumir o comando das unidades estatais de refino de petróleo “para aumentar a produção e reduzir os preços dos derivados de petróleo”, como afirmaram em comunicado divulgado na quinta-feira. A FUP diz promover uma greve “a favor do Brasil”. E traduz: “Para que a Petrobras cumpra o papel social para o qual foi criada — garantir o abastecimento de norte a sul do país, com preços justos para toda a população.”

O direito de greve é legítimo, mas é notável a falta de autocrítica dos dirigentes da federação dos petroleiros. Estabelecida há um quarto de século, a FUP se manteve como a maioria das entidades sindicais alinhadas à CUT, em silêncio obsequioso durante os governos do PT. Foi um período de 13 anos nos quais as ações da cúpula política, em Brasília, e o comando da Petrobras, no Rio, deflagraram um processo de devastação da empresa estatal, sem precedentes nos seus 66 anos de existência. Às revelações da Operação Lava-Jato sobre os saques ao patrimônio da Petrobras e do seu fundo de pensão, a Fundação Petros, a federação dos petroleiros reagiu, quase sempre alinhada à defesa do governo petista.

Conflitos trabalhistas fazem parte da paisagem de qualquer democracia. A FUP tem todo o direito de atuar numa situação de eventual ameaça aos empregos dos seus associados. Corrói sua legitimidade, no entanto, ao usar a greve acenando com a possibilidade de desabastecimento de derivados de petróleo. Isso é usar um direito constitucional como instrumento de luta de uma coalizão partidária, cuja característica é estar na contramão de toda e qualquer iniciativa que objetive a recuperação da economia nacional, por sinal, conduzida ao abismo pelas forças às quais a burocracia sindical dos petroleiros se rendeu incondicionalmente, no passado recente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/02/2020

Seção: O País

Autor: Leandro Prazeres

Título: Metade das terras indígenas da Amazônia é alvo de mineração

Estudo revela que, das 379 áreas homologadas na Amazônia, 190 registram algum processo de interesse para garimpo

Um estudo encomendado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) mostra que metade das terras indígenas homologadas da Amazônia Legal é foco de interesse mineral por empresas ou pessoas físicas. O levantamento mostra que, das 379 terras indígenas homologadas e localizadas na Amazônia Legal, 190 são alvo de algum tipo de processo mineral. Ao todo, 4.050 processos tramitam na Agência Nacional de Mineração (ANM) que incidem sobre terras indígenas já homologadas. O interesse em relação à mineração na Amazônia voltou à tona no início de fevereiro, quando o presidente Jair Bolsonaro enviou ao

Congresso Nacional um projeto de lei que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas, alvo de críticas feitas por lideranças indígenas e ambientalistas.

O levantamento feito pela ABPM cruzou dados da Funai, ANM e IBGE. O resultado é apontado pelo estudo como uma espécie de bússola que indica as áreas de mais interesse de empresas que visam a exploração mineral na região amazônica. Desde 1988, a legislação proíbe que órgãos do governo concedam autorizações para pesquisa ou exploração mineral em terras indígenas. A Constituição Federal previu a atividade mineral em áreas indígenas desde que ela fosse regulamentada por lei, o que não aconteceu ainda.

ÁREAS DE MAIOR INTERESSE

O estudo aponta que a maioria dos processos minerários (61,2%) foi protocolada antes das terras terem sido homologadas, última etapa da demarcação de uma terra indígena. O restante (38,8%) foi protocolado após essa etapa. Em outras palavras: a maior parte dos pedidos de pesquisa ou de lavra em áreas que hoje são terras indígenas foi protocolada antes de o governo homologá-las e, portanto, restringir a possibilidade de exploração. O estudo mostra que, apesar de as terras indígenas estarem espalhadas pela Amazônia Legal, o interesse minerário de empresas e pessoas físicas se concentra em oito grandes regiões.

Esses grupos se localizam nas áreas conhecidas como “terras altas da Amazônia”, que têm uma formação geológica considerada favorável à presença de reservas minerais. Apesar da geologia favorável, o estudo mostra que o conhecimento sobre a existência ou não de jazidas nessas regiões ainda é incipiente. Entre as áreas consideradas mais atrativas estão a região do Alto e Médio Rio Negro, no Amazonas, onde há informações sobre jazidas de ouro, nióbio e estanho. Outra região de interesse é a localizada sobre as terras indígenas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol, entre os estados do Amazonas e Roraima. No Amapá, está outro grupo, localizado sobre o Parque do Tumucumaque e a terra indígena Wajãpi. Lá, também há informações sobre a existência de jazidas de ouro, nióbio, tântalo e ferro.

Entre as regiões de interesse consideradas mais críticas estão aquelas localizadas nas terras indígenas Ianomâmi, Raposa Serra do Sol, Munduruku e Kayabi (Pará) e Uru-Eu-Wau-Wau (Rondônia). Essas regiões são conhecidas por abrigarem garimpeiros, tanto indígenas quanto não-

indígenas. Nos últimos anos, há relatos de conflitos na região, como no massacre de 2014, quando índios da etnia cinta-larga, em Rondônia, mataram garimpeiros que atuavam em suas terras na exploração de diamante.

PROCESSOS INDEFERIDOS

O estudo aponta que, apesar de numeroso, os processos minerais envolvendo terras indígenas estão sendo indeferidos pela ANM atendendo a uma recomendação do Ministério Público Federal. Para o presidente da ABPM, Luiz Azevedo, o indeferimento dos pedidos é positivo porque “limpa” e prepara o cenário de pesquisas e pedidos envolvendo terras indígenas para um novo marco regulatório do setor, que entraria em funcionamento a partir da aprovação do projeto de lei enviado por Bolsonaro.

— Se vamos ter um novo marco regulatório, não faria sentido que esses pedidos permanecessem tramitando. Caso o projeto seja aprovado, começa um novo momento — disse Luiz Azevedo. Azevedo afirma ser favorável à ideia principal do projeto — regulamentar a mineração em terras indígenas —, mas defende ajustes no texto. Para ele, deveria haver mais espaço para que o Congresso se manifeste sobre as áreas que deverão ser estudadas. Pelo projeto, essa atribuição recai sobre a Presidência da República. — O texto original concentra muitas atribuições na Presidência. Por mais legítimo que o Executivo seja, entendemos que o Congresso poderia ter mais voz nesse processo. Não deveria se limitar apenas a autorizar, mas também deveria ter o poder de indicar as áreas que poderiam ser pesquisadas — explica.

Azevedo defende que as comunidades indígenas tenham mais participação no processo e poder de veto, dependendo do minério envolvido. Para o coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Paulo Tupiniquim, um poder de veto parcial não teria a aprovação dos indígenas. — Não existe isso de poder vetar este ou aquele mineral. No final, quem será afetado não será o presidente, o deputado ou o empresário. São os índios. Por isso que não queremos a mineração — afirmou Tupiniquim.

VEÍCULO: O Globo**Data:** 17/02/2020**Seção:** Economia**Autor:** João Sorima Neto**Título:** Energia do sol: Investimentos em novas usinas chegam a R\$ 9,5 bi

A energia solar representa pouco mais de 1% da matriz energética do país. Mas essa fatia saltará a 8% em dez anos, segundo o plano do governo. Os investimentos para sustentar a meta já estão em curso, segundo especialistas. Somente em grandes usinas solares, estão previstos R\$ 9,5 bilhões em projetos até 2025.

Na geração distribuída, em que a energia solar é produzida em painéis em telhados e fachadas de casas ou empresas —além das fazendas solares (que geram e vendem energia solar em terrenos) — a estimativa é que outros R\$ 16 bilhões sejam movimentados, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), em investimentos, empregos e impostos.

— Essa fonte (de energia) começa a crescer de forma acelerada, num movimento semelhante ao que o setor eólico passou desde 2008 — diz Thiago Abreu, diretor da G2A Consultores, especializado em energias renováveis.

O volume de energia solar que o governo espera incluir na matriz energética — 7 gigawatts (GW) —é suficiente para abastecer mais de 3,6 milhões de residências.

Enquanto a geração distribuída aguarda novas regras da Aneel, a agência reguladora, e do Congresso, grandes usinas avançam. Segundo a consultoria Greener, especializada em energia solar, os R\$ 9,5 bilhões que devem ser investidos em novas usinas só consideram empreendimentos já contratados em leilões. Ao menos outros R\$ 10,6 bilhões foram aplicados até 2019.

—O total de investimentos não inclui os próximos leilões que a Aneel deve realizar. Portanto, o total até 2025 será maior — diz Márcio Takata, presidente da Greener.

Os leilões são a principal forma de contratação de energia no Brasil no mercado regulado— no qual os consumidores são atendidos pelas distribuidoras que têm concessão para vender energia na região.

Mas Takata observa que o gatilho para o crescimento virá do mercado livre, no qual as empresas podem comprar energia de qualquer fornecedor. O estudo da Greener mostra que 5 GW em projetos de usinas solares devem ser destinados ao mercado livre.

As grandes usinas solares deram um salto no Brasil entre 2014 e 2019. São 90 em operação, especialmente na Região Nordeste, onde estados como Bahia, Ceará e Piauí se destacam. Mas há crescimento no Sudeste. Minas Gerais é o estado onde essa fonte mais avança, seguido por São Paulo.

Na semana passada, a fabricante de equipamentos e investidora em energia solar Canadian Solar anunciou que obteve empréstimo de R\$ 225,2 milhões do Banco do Nordeste do Brasil para financiar nova usina em Lavras, no Ceará, com 152,4 megawatts (MW) de capacidade. A construção começa no segundo trimestre e ela entra em operação em 2021. A Canadian vai construir usinas em Pernambuco e Minas e já obteve empréstimos da ordem de R\$ 1 bilhão.

A Enel Green Power do Brasil, braço do Grupo Enel, investiu R\$ 1,4 bilhão na construção de um parque solar em São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí. A usina foi inaugurada no fim de 2019 e produzirá 475 MW. A planta será ampliada e, quando estiver em plena operação, vai gerar energia suficiente para abastecer mais de 820 mil residências. Os painéis captam a luz solar nos dois lados, o que eleva a geração de energia em até 18%.

— O Brasil avançou muito. Os leilões são competitivos, os contratos, de longo prazo, a incidência solar está entre as mais competitivas do mundo e a evolução tecnológica e a queda de preço dos painéis ajudaram muito — diz Roberta Bonomi, responsável pela Enel Green Power do Brasil.

CORONAVÍRUS

Entre 2014 e 2019, houve queda de 43% no preço dos painéis solares comercializados, segundo dados da Aneel.

Na usina da Enel no Piauí foram gerados 2.200 empregos diretos. Ao menos 331 moradores, especialmente mulheres, foram capacitados pela empresa

junto com escolas no curso de mecânica. Para a Ab-solar, o avanço da energia solar será capaz de gerar 120 mil postos de trabalho este ano.

— O setor gera emprego qualificado, com salário mais alto —diz Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Absolar.

Mesmo com todo otimismo, dois fatores preocupam. O primeiro é o impacto da crise do coronavírus na atividade econômica da China. O país produz 70% dos painéis solares. Com a paralisação das atividades no gigante asiático, fábricas podem atrasar entregas.

Sauaia, da Absolar, observa que por enquanto não foram reportados problemas. Além disso, muitas empresas têm estoques. Há fornecedores alternativos em outros países asiáticos, além de México e EUA. No Brasil há 40 fabricantes de componentes, observa Sauaia.

O outro ponto de interrogação é a indefinição se essa fonte de energia será taxada ou não. O marco regulatório será discutido pelo Congresso.

Se a taxação for implantada, o consumidor de energia solar terá de pagar pelo transporte da energia nas redes de distribuição, o que deve encarecer em quase 70% a conta.

A Órigo, com fazendas solares em Minas Gerais, pretende investir R\$ 200 milhões este ano. Mas a quantia depende de uma definição das regras para a geração compartilhada. O presidente Jair Bolsonaro já disse que é contra a taxação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Economia

Combustíveis 1: Governo demora oito anos para cobrar dívidas fiscais

A criminalização da sonegação de ICMS, aprovada pelo STF no apagar das luzes de 2019, não emplacou pra valer. Em São Paulo, o Tribunal de Impostos e Taxas, órgão vinculado à Secretaria da Fazenda paulista, contabiliza uma dívida total de R\$ 594 milhões por parte da distribuidora

de combustíveis Gran Petro. O problema é que as autoridades levaram até oito anos para identificar a irregularidade fiscal e fazer a autuação. Assim, não há legislação que resolva o problema.

Combustíveis 2: A manobra das empresas para driblar a lei

A Gran Petro, que responde por 5% do mercado distribuidor de etanol no estado de São Paulo, se enquadra na categoria “devedora contumaz”. A empresa teve todas as suas autuações ligadas ao não pagamento de ICMS e à aplicação de créditos inexistentes (quando se deixa de recolher o imposto devido e pagar uma fração mínima para dificultar a identificação do estado). A manobra é comum no setor e dificulta a aplicação da lei.

MME / ASCOM